



PODER JUDICIÁRIO  
**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO  
COORDENADORIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO  
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

**DECRETO-LEI Nº 4.023, DE 15 DE JANEIRO DE 1942**

*Altera o arts. 102 e 103 do Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, DECRETA:

Art. 1º O artigo 102 do Decreto-Lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938, passa a vigorar acrescido de uma alínea *i* com a seguinte redação:

*“i) designar um promotor de 2ª entrância, conforme o serviço nas Promotorias, para, sem prejuízo das suas funções, se incumbir do expediente da Procuradoria-Geral, durante as férias do seu titular, e emitir pareceres nos processos de insubmissão e deserção entrados nesse período, com vistas à mesma Procuradoria; subsistindo, porém, para os casos de substituição, por faltas e impedimentos, a regra estabelecida na letra d do artigo.”*

Art. 2º A alínea g do artigo 103 do mesmo Decreto-Lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938, passa a vigorar com a redação seguinte:

*“g) recorrer, obrigatoriamente, para o Supremo Tribunal Militar:*

*I - da decisão de não recebimento da denúncia;*

*II - da decisão, ou sentença de absolvição, que conclua pela inexistência de crime ou pela existência de transgressão disciplinar;*

*III - da sentença absolutória baseada em dirimente ou justificativa; e*

*IV - quando se tratar de crimes funcionais ou de morte.”*

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS  
Eurico G. Dutra